

À

UP BRASIL - POLICARD SYSTEMS E SERVIÇOS S.A.

Sr^a Andressa Rocha Crosara Domingos

licitacoes@upbrasil.com

(34) 3233-3493

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 1230-19 - Fornecimento e distribuição de cartões, com chip de segurança, de refeição e alimentação aos empregados e diretores da Itaipu e empregados da Fundação Itaipu Brasil de Previdência e Assistência Social (FIBRA).

Assunto: Impugnação - Resposta - Pedido parcialmente deferido

Inicialmente cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a Binacional (artigo III do Estatuto da ITAIPU, Anexo III do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes. Neste contexto, a ITAIPU possui procedimentos próprios para certames licitatórios que promove, disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU, adotando apenas e subsidiariamente a legislação brasileira e/ou paraguaia, conforme o caso, no deslinde das questões jurídicas que se apresentam, conforme consignado no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço. Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, é regida por sua Norma Geral de Licitações, conforme consta do item 3 do já citado ato convocatório, não lhe sendo aplicável, portanto, a Lei brasileira nº 8.666/93.

Feitas as considerações iniciais, e depois da análise da impugnação apresentada por V.^a, passamos a responder a insurgência e/ou pedidos nos seguintes termos:

A alegação da impugnante é parcialmente procedente.

Primeiramente cumpre observar que o credenciamento dos estabelecimentos obrigatórios das Especificações Técnicas, não é uma exigência de habilitação, mas tão somente uma obrigação da CONTRATADA na execução do contrato.

Além disso, a ITAIPU poderá exigir da CONTRATADA o credenciamento de determinados estabelecimentos. Neste caso, a CONTRATADA deverá credenciar o comércio em 30 (trinta) dias corridos, podendo o prazo ser prorrogado, desde que apresentada justificativa plausível e aceita pela ITAIPU, conforme subitem 6.3 das Especificações Técnicas.

Não obstante, a ITAIPU revisou o rol de estabelecimentos, conforme Aditamento 2.

Por fim, importante ressaltar que os estabelecimentos exigidos nas Especificações Técnicas estão localizados nas regiões com o maior número de usuário. Deste modo, para um atendimento adequado, é imprescindível o credenciamento dos referidos comércios, do contrário, os usuários

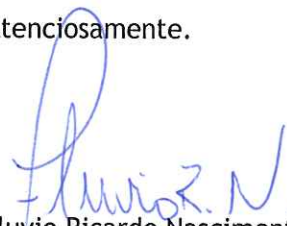


(e não a ITAIPU) estariam prejudicados, pois teriam que se deslocar para outras localidades do município para utilização do benefício.

Assim, diante da razão imposta, propugna-se por reconhecer a improcedência à impugnação apresentada por V. S^a, portanto, solicitamos a gentileza reporta-se ao Aditamento 2 ao Caderno de Bases e Condições, que será publicado por ITAIPU na data de hoje, disponível no endereço <http://www.itaipu.gov.br/licitacoes/licitacoes-em-curso-licitaciones-en-curso-tenders-underway>.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail comprasfoz@itaipu.gov.br.

Atenciosamente.



Fluvio Ricardo Nascimento
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____